

GDF vai recorrer contra sentença que manda retomar programa educacional. Modelo pode ser ampliado para todo o país, tem apoio da Unesco e desperta interesse em nações africanas

O direito à Bolsa-Escola

Ana Maria Campos

Da equipe do Correio

O governador Joaquim Roriz não está disposto a engolir facilmente a intervenção da Justiça na sua política educacional. O secretário de Comunicação, Welington Moraes, anunciou que o Governo do Distrito Federal vai recorrer contra a sentença do juiz Carlos Frederico Maroja de Medeiros, da 3ª Vara de Fazenda Pública, que determina a retomada e ampliação do programa Bolsa-Escola.

O GDF e a secretaria de Educação, Eurides Brito, são réus em uma ação popular promovida pelo advogado Erasto Villa-Verde, 69 anos, contra o fim do programa que paga um salário mínimo para as crianças carentes irem à escola. O autor da ação diz que também não vai desistir facilmente. Segundo Villa Verde, se for preciso, irá até à última instância da Justiça para ver o restabelecimento do programa que está

sendo extinto pouco a pouco. "É dever meu prosseguir com a ação, principalmente agora que tive o apoio de um juiz e do Ministério Público", afirma o advogado.

No início da semana, o juiz Medeiros acatou uma ação popular promovida por Villa-Verde. Na sentença, o juiz sustenta que Roriz cometeu uma ilegalidade quando restringiu o programa apenas para as 25 mil famílias contempladas até o final de 1998.

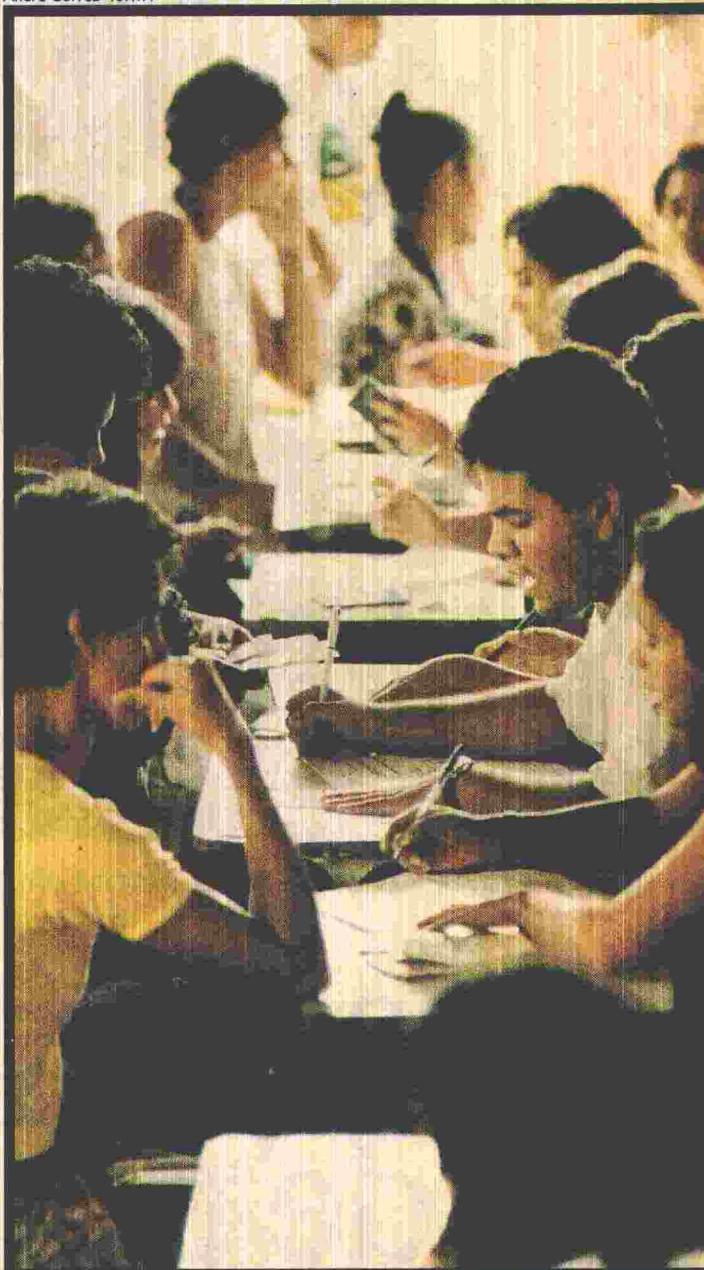
A sentença foi baseada no parecer do Ministério Pùblico que teve o mesmo entendimento. "Fica claro que o ato de extinção ou de descontinuidade, ou mesmo falta de implementação do programa Bolsa-Escola a novos interessados que a ele fizessem jus, é ilegal, por afrontar a determinação dos decretos nº 16.270/95 e 19.391/98", aponta o Ministério Pùblico.

No entendimento do juiz, os decretos que criaram e regulamentaram a Bolsa-Escola estão em vigor e por isso não podem ser desrespeitados. O motivo para isso, segundo Medeiros, é apenas político. "A política deve servir aos interesses maiores da sociedade, e não à satisfação de vaidades ou impulsos derivados de querelas entre governantes", criticou.

O secretário de Comunicação não gostou da interferência da Justiça. "Se a moda pega, não precisaremos mais de eleição. O governador Roriz foi eleito democraticamente e tem legitimidade para implementar o seu programa de governo. A decisão da justiça é anti-democrática", reagiu Welinton.

O problema é que os eleitores do governador podem não estar gostando nada da sua atitude. Em campanha, Roriz ju-

André Corrêa 15.1.97



INSCRIÇÃO PARA BOLSA-ESCOLA: RORIZ PROMETEU MANTER PROGRAMA

"A UNESCO CONSIDERA O PROGRAMA UMA IMPORTANTE ESTRATÉGIA EDUCACIONAL PARA MANTER AS CRIANÇAS NA ESCOLA"

JORGE WERTHEIN

Representante da Unesco no Brasil

básica para crianças que freqüentam as aulas.

O GDF tem 30 dias para apresentar recurso aos desembargadores do TJDF, que podem confirmar ou não a sentença. Se a posição do juiz for mantida, o GDF poderá apelar ao Superior Tribunal de Justiça (STJ). Os mesmos mecanismos jurídicos poderão ser utilizados pelo autor da ação popular. "O governador usa a máscara da legalidade para praticar um ato lesivo ao interesse público, só porque a Bolsa-Escola tem a cara de seu adversário político", afirmou Villa-Verde.

SEMINÁRIO

Enquanto o governador Roriz tenta substituir a Bolsa-Escola, o Congresso Nacional promove, nos dias 8 e 9 de novembro, um seminário para discutir formas para melhorar e ampliar o programa em todo o país. Por iniciativa do deputado Nelson Marchezan (PSDB/RS), a Câmara dos Deputados será palco de um debate sobre o tema que contará com a presença do presidente Fernando Henrique Cardoso. O encontro tem o apoio do representante da Unesco no Brasil, Jorge Werthein. "A Unesco considera o programa uma importante estratégia educacional para manter as crianças na escola", afirma Werthein.

Cristovam Buarque fará uma exposição sobre o financiamento do programa. O ex-governador está na Nigéria, falando sobre o mesmo assunto no seminário da Global Coalition for Africa (GCA). A organização vai apresentar aos países africanos o projeto como forma de levar 90 milhões de crianças às salas de aula,

rou que manteria e ampliaria o programa no DF. A promessa está registrada em cartório no documento *Meu compromisso com o povo do Distrito Federal*. Até o final do ano passado, nin-

guém sabia da sua intenção de trocar a Bolsa-Escola pelo Sucesso no Aprender — que ao invés de salário mínimo oferece material escolar, assistência médica-odontológica e cesta

COLABOROU SAMANTA SALLUM